

# JE

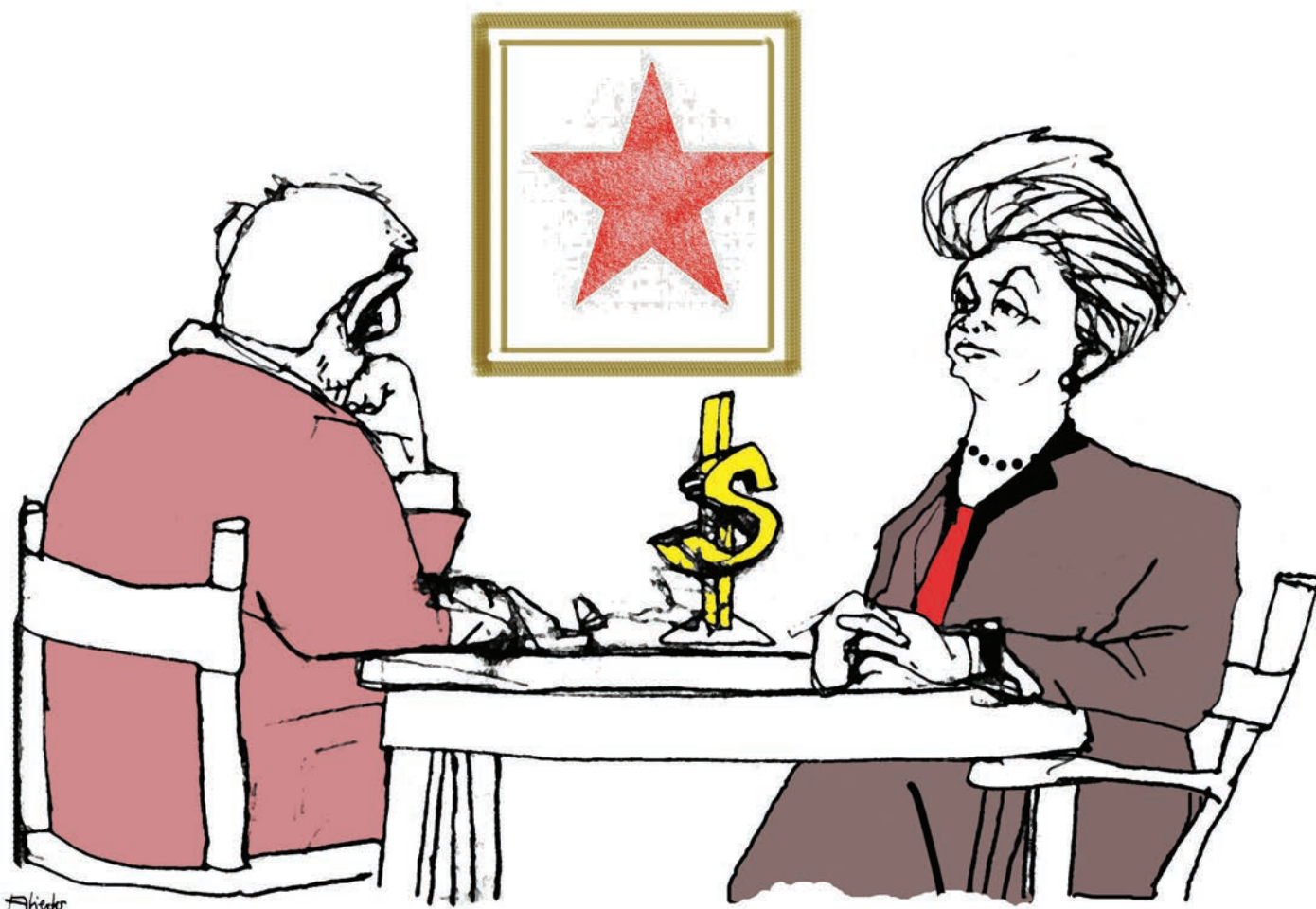
# Jornal dos Economistas

Nº 305 Dezembro de 2014

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

## 12 anos de governos do PT

Um balanço da economia brasileira durante os mandatos de Lula e Dilma, na visão de Josef Barat, Fabio Sá Earp, J. Carlos de Assis e Reinaldo Gonçalves.



### Escolas da Macroeconomia

Série aborda a Macroeconomia  
Pós-Keynesiana (PK)

### Prêmio de Monografia

Política antitabagista é tema  
do trabalho terceiro colocado

## 12 anos de governos do PT

Sem o benefício da passagem do tempo, que esmorece as paixões e permite a observação dos desdobramentos, esta edição do JE se propõe a fazer um balanço da economia brasileira e das políticas econômicas durante os dois mandatos de Lula e primeiro mandato de Dilma.

O bloco temático tem início com o artigo do consultor Josef Barat, que analisa cada um dos três mandatos da coalizão liderada pelo PT. O autor afirma que a política econômica no período foi marcada pelo emboate contínuo entre pragmáticos e ideológicos.

O artigo de Fabio Sá Earp, do IE/UFRJ, elenca os pontos positivos e negativos do primeiro mandato do governo Dilma e conclui com a seguinte pergunta: Quando iremos ressuscitar o planejamento de longo prazo, abandonado desde o final do governo Geisel?

J. Carlos de Assis, autor de mais de 20 livros sobre Economia Política brasileira, sustenta que, nos governos Lula, o país foi capaz de escapar com relativo sucesso dos efeitos imediatos da crise externa e iniciar a maior revolução em políticas sociais da nossa história. Já Dilma enfrentou vento contra nas frentes interna e externa, mas ainda assim conseguiu se reeleger.

Reinaldo Gonçalves, do IE/UFRJ, defende que os governos do PT aprofundaram e ampliaram o Modelo Liberal Periférico, caracterizado por ausência de mudanças estruturais, maior concentração do capital, maior dominação financeira, fraco desempenho macroeconômico e enorme vulnerabilidade externa financeira.

Fora do bloco temático, publicamos um resumo do trabalho terceiro colocado no 24º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. Sarah Lampreia Oliveira analisa o impacto do aumento dos preços do cigarro no combate ao tabagismo no Brasil.

Na série Escolas de Macroeconomia, Andre de Melo Modenesi, professor do IE/UFRJ, nos brinda com um artigo sobre a Macroeconomia Pós-Keynesiana (PK).

## Sumário

Governos do PT .....	3
<i>Josef Barat</i>	
<b>Doze anos de governo do PT – um balanço sumário</b>	
Governos do PT .....	5
<i>Fabio Sá Earp</i>	
<b>A hora da buzina</b>	
Governos do PT .....	7
<i>J. Carlos de Assis</i>	
<b>A Economia brasileira durante os governos do PT</b>	
Governos do PT .....	9
<i>Reinaldo Gonçalves</i>	
<b>Concentração do capital e dominação financeira nos governos do PT</b>	
Prêmio de Monografia.....	11
<i>Sarah Lampreia Oliveira</i>	
<b>Combate ao tabagismo no Brasil: políticas de preços podem ser eficazes?</b>	
Escolas da Macroeconomia.....	13
<i>Andre de Melo Modenesi</i>	
<b>Macroeconomia Pós-Keynesiana</b>	
<b>Curso preparatório para a Anpec começa em fevereiro .....</b>	<b>16</b>
<b>Agenda de cursos</b>	
<b>Importância do setor de fiscalização do Corecon-RJ</b>	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: [www.programafaixalivre.org.br](http://www.programafaixalivre.org.br) ou [www.radiolivream.com.br](http://www.radiolivream.com.br)

**JE** Jornal dos  
**Economistas**

Órgão Oficial do CORECON - RJ  
E SINDECON - RJ  
Issn 1519-7387

**Conselho Editorial:** Edson Peterli Guimarães, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães, Sergio Carvalho C. da Motta, Paulo Mibielli Gonzaga. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques ([rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com)). **Ilustração:** Aliedo. **Fotolito e Impressão:** Ediouro. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

**CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ**

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906  
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106  
Correio eletrônico: [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)  
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** Sidney Pascounto da Rocha. **Vice-presidente:** Edson Peterli Guimarães. **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2014-2016): Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2012-2014): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Jorge de Oliveira Camargo – 3º terço (2013-2015): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2014-2016): Andréa Bastos da Silva Guimarães, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2012-2014): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2013-2015): Cesar Homero Fernandes Lopes, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

**SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ**

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

**Mandato – 2011/2014**

**Coordenação de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior e Wellington Leonardo da Silva.

**Coordenação de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.

**Coordenação de Divulgação Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach, José Jannotti Viegas e André Luiz Silva de Souza.

**Conselho Fiscal:** Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

# Doze anos de governo do PT – um balanço sumário

Josef Barat\*

A política econômica dos doze anos de governos da coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores foi, em grande parte, marcada pelo embate contínuo entre pragmáticos e ideológicos. Cada grupo se empenhou em fazer prevalecer a política que julgava mais adequada ao país. A natureza deste embate fica nítida quando se examina as direções tomadas em três períodos: os dois governos Lula e o primeiro governo Dilma.

## Primeiro governo Lula

No primeiro governo Lula prevaleceu uma política econômica marcada por medidas e ações mais pragmáticas voltadas, de alguma forma, para os fundamentos macroeconômicos que vigoraram no Governo FHC. Ou seja, adotou-se uma política baseada no tripé subsequente ao Plano Real, de respeito às metas de inflação, preservação do câmbio flutuante e cumprimento dos objetivos de superávit primário.

Além do controle mais rigoroso dos gastos públicos, a autonomia do Banco Central teve papel relevante no cumprimento das metas de inflação. Ainda assim, a média da inflação medida pelo IPCA, nestes quatro anos, foi de 8,8%, em grande parte decorrente do “Efeito Lula” das eleições, quando o índice atingiu 12,5%, decrescendo em seguida para enquadrar-se nos limites da meta.

Por outro lado, a média do crescimento do PIB foi de 3,2%, com um pico de 5,7%, em 2004. Pode-

-se dizer que este foi um período no qual os pragmáticos buscaram o ajuste macroeconômico visando à estabilidade monetária e os ideológicos foram contemplados com o significativo alargamento dos programas sociais de redistribuição de renda e de combate à pobreza.

Com esta agenda de compromisso, houve uma razoável conciliação entre objetivos econômicos e sociais. No entanto, o crescimento do PIB permaneceu, em grande medida, condicionado à baixa taxa de investimento, uma vez que a sua média para o período foi próxima de 16% apenas. Este seria o grande gargalo presente ao longo dos três governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores.

## Segundo governo Lula

No segundo governo Lula, teve início uma mudança gradual na política econômica, que se tornou mais nítida a partir da crise de 2008-2009. Como se sabe, a crise decorreu, entre outros fatores, do crescimento desproporcional da liquidez nos Estados Unidos, em que grande parte das aplicações financeiras ficou descolada da produção e desdobrou-se em uma gama diversificada de títulos. Os chamados “derivativos” ficaram à margem de qualquer regulação mais rigorosa e acabaram atingindo a economia mundial. Este cenário internacional e o receio de que a crise atingisse o Brasil com mais força levaram à inflexão da política econômica para uma direção mais intervencionista.

Ao invés de ter um caráter tran-

sitário, porém, a mudança estimulou os ideológicos a buscarem mais espaço na sua condução. Encaminhou-se, assim, uma mescla de intervenção keynesiana com políticas compensatórias, ao estilo de um nacional-desenvolvimentismo redivivo. Ainda assim, continuaram a prevalecer os fundamentos macroeconômicos garantidores da estabilidade monetária e do crescimento possível com uma taxa de investimento de 17,8%.

A média da inflação nos quatro anos do segundo governo Lula, medida pelo IPCA, foi de 4,5%, cumprindo a meta estabelecida. O crescimento, por seu turno, foi de 3,7%, na média do período, com bom desempenho em 2007 e 2008 (de 6,1% e 5,2%, respectivamente). No entanto, esta média foi fortemente prejudicada pelo crescimento negativo (-0,3%) decorrente da crise, em 2009.

## Balanço dos dois governos Lula

Apesar das dificuldades impostas pela crise global no último ano, os dois governos Lula caracterizaram-se pelo partido que tirou da conjugação favorável de fatores importantes, entre os quais: (a) a preservação do poder de compra da população, pelo efetivo controle da inflação; (b) a expansão e diversificação do consumo, contando com o maior poder de compra, o suporte da expansão do crédito e o câmbio favorável às importações; (c) o barateamento dos bens industriais de consumo, em razão das cadeias produtivas globalizadas; (d)



o maior alcance dos programas de redistribuição de renda e inclusão social; (e) o grande impulso nas exportações, apoiado em um prolongado período de aumento dos preços das commodities; (f) certa continuidade na atração do capital privado para investimentos nas infraestruturas, por meio de concessões e parcerias; e (g) preservação da credibilidade e atratividade do país, inclusive obtendo de certificadoras internacionais o *Investment Grade*”.

Ao final do segundo governo Lula, já se podia vislumbrar sinais de um esgotamento do ciclo de crescimento baseado na expansão do consumo. A capacidade de investimento continuava baixa e buscava-se uma alternativa para dinamizar o crescimento. Surgiam também sinais da busca de um novo nacional desenvolvimentismo, com predomínio de uma visão ideológica reciclada e apostando no aprofundamento dos fundamentos de uma economia



apoiada, cada vez mais, no voluntarismo de um Estado intervencionista. Seriam resgatados, assim, antigos conceitos da liderança estatal em investimentos nas infraestruturas, na expansão do crédito, na concessão de benefícios fiscais a setores “estratégicos”, entre outras medidas que acabariam por caracterizar uma política econômica dispersiva e sem coordenação de objetivos.

### Primeiro Governo Dilma

O primeiro governo Dilma herdou as dificuldades geradas pelo esgotamento do ciclo de expansão do consumo. Para contornar as dificuldades, optou por aprofundar as ações intervencionistas e alterar a direção da política econômica, com o que foi chamada de Nova Matriz Econômica. A média da inflação nos quatro anos do primeiro governo Dilma, medida pelo IPCA, foi de 6%, aproximando-se do teto da meta estabelecida. O represamento das tarifas dos combustíveis e da energia elétrica impediu que a inflação ultrapassasse o teto.

Quanto ao crescimento do PIB, excetuando o expressivo crescimento de 2010 (7,5%), o desempenho foi medíocre, com a média de 3,4% para os quatro anos. A taxa de investimento subiu ligeiramente para a média de 18,8% no período, continuando a ser o grande fator de impedimento para um crescimento mais forte e continuado. A Nova Matriz cedeu espaço para os ideológicos, afrouxando os controles sobre os gastos públicos e os objetivos de superávit primário, pondo em risco o controle da inflação – sempre próxima ao teto da meta. Aprofundaram-se, ainda, as medidas pontuais de isenções fiscais e favorecimentos

de crédito pelos bancos oficiais.

Os resultados das ações de busca do “câmbio de equilíbrio”, de redução voluntariosa dos juros, não resolveram a baixa taxa de investimento e a contínua perda de competitividade da indústria. O Brasil continuou afastado das cadeias globais de produção e de uma inserção mais expressiva no comércio internacional.

### Segundo governo Dilma

O que se pode esperar do segundo governo Dilma? O mais provável é que se tenha uma Nova Matriz Econômica reciclada. Este cenário pressupõe um acordo entre os grupos de pragmáticos e ideológicos, provavelmente após uma exaustiva mediação do ex-presidente Lula, que imporá a mescla das duas tendências. Os dois grupos optariam por um

compromisso, no qual seriam respeitados, com certa flexibilidade, os fundamentos baseados no tripé macroeconômico, mas se daria espaço para o voluntarismo do Estado, deixando-o conduzir e estabelecer compromissos nos setores “estratégicos” em que atuam empresas estatais ou privadas. Trata-se de um neodesenvolvimentismo, meio liberal, meio estatizante, de compadrio com os empresários de sempre e ações descoordenadas de política econômica.

Este é o cenário mais provável, mas corre sério risco de representar uma reprodução do primeiro governo Dilma, se não for reconhecido o que nele deu errado. O problema é que o segundo governo terá que atuar em condições bem mais adversas, com desdobramentos que ampliam consideravelmente os graus de incerteza. O enigma a ser decifrado é o de como baixar

o nível da inflação, sem nenhum tipo de artificialismo, e restabelecer uma taxa decente de crescimento. Com o fim do ciclo de crescimento baseado no consumo e expansão do crédito, como aumentar o nível de investimento e torná-lo o motor do futuro crescimento?

**Um dos problemas mais sérios neste cenário é o da incapacidade do Estado em investir. A questão que se coloca, portanto, é: como se conseguirá atrair o investimento privado – nacional e estrangeiro – para significativos empreendimentos nas infraestruturas, se não for restabelecido um ambiente econômico de confiança, segurança jurídica, e regras estáveis na regulação?**

\* É economista e livre docente pela UFRJ, consultor de entidades públicas e privadas e coordenador do Núcleo de Estudos Urbanos da Associação Comercial de São Paulo.



# A hora da buzina

Fabio Sá Earp\*

Conta-se pelas esquinas e pelos botecos que certa feita perguntaram ao dirigente chinês Deng Xiaoping como ele avaliava a Revolução Francesa. Após meditar longamente, o venerando macróbio respondeu que ainda não era possível analisar friamente um fenômeno tão recente.<sup>1</sup> Sem poder esperar tanto tempo para responder ao convite para analisar o governo Dilma, formulado pelo *Jornal dos Economistas*, trago aqui minhas considerações provisórias, que espero ir pouco a pouco revendo e modificando – as certezas definitivas são uma prerrogativa dos imbecis, categoria a que me esforço para não pertencer, com variado grau de sucesso.

Quatro anos de Dilma chegaram ao fim deixando pelo menos um consenso: ninguém ficou satisfeito. Este é um governo que dificilmente deixará saudade – sejam quais forem os valores de cada um. O resultado não foi totalmente desfavorável, se olharmos os grandes números. A seu favor teve a continuidade do processo de redistribuição de renda, a manutenção da inflação nos patamares máximos das metas fixadas (a duras penas, devido ao choque de custos causado pela desvalorização cambial), um fluxo de recursos externos de US\$ 64 bilhões (o maior da história) e um déficit nominal nas contas públicas de 2,7% do PIB (contra 4,1% da área do euro, 9,2% dos EUA e 9,4% do Japão).<sup>2</sup>

Mas nada disso fará a maioria de nós esquecer do crescimento pífio, causado pelo atraso dos

investimentos em infraestrutura, entravados pela demora na definição regime regulatório. Nem do uso da contabilidade criativa que, certa ou errada, ao não ser devidamente explicada retirou credibilidade das contas públicas, do que se aproveitaram os fiscalistas de sempre para mudarem o termômetro – na incapacidade de reclamar do indicador clássico que é a dívida líquida, passaram a criticar o aumento da dívida bruta.<sup>3</sup>



Tampouco será esquecida a incapacidade do governo de levar adiante uma resposta imediata e efetiva às demandas por melhorias na infraestrutura urbana emanadas do movimento popular de 2013. Muito menos deixaremos de nos lembrar do resultado da armadilha dos superávits primários e metas de inflação anuais – o medo da elevação da inflação levando a congelamento dos preços de derivados de petróleo. Junto com o câmbio, esse será o principal impacto inflacionário dos próximos anos, o que nos condena a

um esforço de contenção de gastos sem paralelo na última década – seja tecnicamente necessário ou não, deverá ser realizado para acalmar os mercados. Esperemos que venha igualmente um relaxamento da camisa de força do regime de metas. O México, por exemplo, aplica metas trienais, o que dá muito mais flexibilidade para a política macroeconômica.

Finalmente, assistimos o esgarçamento da base política do governo. Três governos seguidos destruíram o Partido dos Trabalhadores tal como o conhecemos desde o início dos anos 1980. Como todo partido capaz de mobilizar as massas, este chegou ao poder acenando com uma plataforma utópica – prometendo o impossível. A impossibilidade fica clara quando o partido vencedor se defronta com a necessidade de compor sua base no Congresso – onde estão solidamente acomodados aqueles que Lula uma vez denominou “os 300 picaretas”. Em lugar de combatê-los, tarefa talvez impossível, o PT os comprou. Partidos (e frações de partidos) trocaram seu apoio por cargos que lhes proporcionem nomeações e maracutaiais que alimentem seu Caixa 2 – como vinham fazendo desde o fim da ditadura. Negociando com essa gente e adquirindo seus hábitos, a velha guarda do PT envelheceu e se prostituiu, ao mesmo tempo em que praticamente sufocou o surgimento de uma nova geração, tornando-se uma gerontocracia. Sem novas lideranças, a sucessão teve que ser feita com recurso a um “poste de Lula” – lembremos que Dilma era do PDT e

sempre precisou brigar com os núcleos mais fortes dentro do PT. E a velha guarda petista deixou de ser vista pela opinião pública como os heróicos combatentes que desafiavam a ditadura militar se reunindo no estádio da Vila Euclides para assumir a feição de um bando de piratas. Com a perda da mística foi-se a mobilização popular. Exceto na última semana da campanha, em lugar do calor da emoção dos militantes que cantavam “Lula-lá” e “Sem medo de ser feliz”, o silêncio envergonhado das bandeiras puídas nas mãos de desempregados defendendo um troco – alguns dos quais talvez até votem no PT.

No entanto, para desgosto dos pessimistas, com o passar dos anos iremos lembrar alguns aspectos favoráveis deste governo. Provavelmente em primeiro lugar virá o desempenho do Judiciário, que colocou na cadeia o segundo homem em importância no governo anterior (e provável sucessor de Lula, caso não estourasse o escândalo do mensalão). Talvez alguns acrescentem que o desempenho do Executivo não foi tão criticável assim – afinal não houve (ou pelo menos não veio a público) nenhuma forma de pressão sobre o STF para mudar o rumo do julgamento.

Quando o pré-sal estiver em plena atividade, alguns lembrarão que foi também na gestão Dilma que, por iniciativa do Executivo, foram destinados os recursos ao financiamento da educação – recursos estes que provavelmente gerarão um *upgrade* na qualidade do nosso ensino para a próxima geração. Por outro lado, quando o novo regime de concessões esti-



ver funcionando e comecem os investimentos em infraestrutura, provavelmente esqueceremos os três anos perdidos em caraminholas contratuais.

Estas possíveis avaliações favoráveis são conjecturas, nas quais, ainda que acredite, nelas não apostaria meu 13º salário. A única certeza que tenho é que na próxima recessão nos lembraremos saudosos destes quatro anos de pleno emprego e do aumento dos salários reais.

Para terminar, e para contrariar os otimistas, que devem ter gostado dos últimos parágrafos, vejamos alguns problemas estru-

turais que não foram sequer ventilados e que aguardam soluções de longo prazo. O mais urgente no momento: na maior seca em um século, não há uma política de reflorestamento de mananciais. Nos transportes, nossos grãos continuam sendo transportados em caminhões, o que custa 30% mais caro do que o transporte ferroviário nos Estados Unidos, sem que se fale do reerguimento do modal ferroviário de carga no centro-sul (não apenas Trem Bala e Norte-Sul). Nos transportes urbanos, a totalidade das cidades brasileiras reunidas é mais mal servida por serviços de

metrô do que Frankfurt, com seus 700 mil habitantes e 17 linhas. Vamos ao saneamento: 40% de nossas moradias não são servidas por redes de esgoto – e nenhuma delas recebe água potável. Nossa indústria patina com a concorrência internacional e não se revê o modelo de crescimento industrial de longo prazo – por exemplo, será que vale a pena continuar produzindo alumínio ao atual custo da energia? E afinal quando acabaremos com a Desvinculação das Receitas da União, e passaremos a entregar para o gasto social os valores que a Constituição lhes atribui? E

que tal falar dos riscos do passivo externo, encobertos pela ilusória segurança do aumento das reservas internacionais? Acima de tudo, quando iremos ressuscitar o planejamento de longo prazo, abandonado desde o final do governo Geisel? Pelo menos tocar nesses assuntos era o mínimo que se poderia esperar de alguém com o perfil de gestor atribuído a Dilma.

A esta altura o Velho Guerreiro perguntaria: “Vai para o trono ou não vai?” (quem não souber do que se trata procure no YouTube essa enciclopédia da cultura popular). O leitor, seja petista, marinista, tucano ou muito pelo contrário, escolhe se manda esse quadriênio para o trono ou lhe dá uma sonora buzina. No final do espetáculo, de qualquer forma, a vida continua.

Ah, sim, o autor destas linhas, depois de muito refletir na escolha entre o ruim, o pior e o coisa nenhuma, tapou o nariz e votou na Dilma.

\* É professor do IE/UFRJ e um dos coordenadores do ebook *Como Vai o Brasil? A Economia Brasileira no Terceiro Milênio*.

1 O leitor mais velho há de reconhecer a referência a Stanislaw Ponte Preta, autor do *Festival da Besteira que Assola o País*, que, se vivo fosse, teria se esbaldado com a recente campanha eleitoral.

2 Os dados são de Leda Paulani, *O Terrorismo Econômico nos Mercados*, disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Terrorismo-economico/7/32034>.

3 O aumento de repasses do Tesouro ao BNDES e à Petrobrás implica em aumento dos ativos do setor público, portanto (i) não eleva a dívida líquida e (ii) não implica em qualquer aumento de risco para os credores. Que analistas estrangeiros desconheçam os meandros de nossas finanças públicas se compreende; que especialistas nativos cometam o mesmo erro é algo que não pode ser visto com a mesma benevolência.



# A Economia brasileira durante os governos do PT

J. Carlos de Assis\*

O Governo Lula começou sob o desafio de uma forte crise financeira interna, porém no contexto de uma situação internacional favorável. Encerrou-se dentro do contexto internacional extremamente desfavorável da maior crise mundial desde a Grande Depressão, porém com condições financeiras internas tão positivas que o Brasil foi elevado por alguns meses ao patamar de uma das estrelas mais brilhantes das economias emergentes. Já Dilma enfrentou, no seu primeiro mandato, vento contra nas duas frentes, a externa em continuada deterioração, e a interna sob o risco de ser engolfada pela anterior. Foi sob o fogo cruzado nessas duas frentes que o PT enfrentou as eleições de 2014, e ganhou.

Ao longo dos governos anteriores do PT, o país foi capaz de escapar com relativo sucesso dos efeitos imediatos da crise externa. No primeiro, já havia colhido os benefícios da explosão de preços e de quantidades de commodities importadas pela China, o que possibilitou a Lula iniciar a maior revolução em políticas sociais da nossa história sem risco externo. No segundo, foram adotadas eficazes políticas anticíclicas de estímulo tanto ao consumo quanto ao investimento, protegendo e até ampliando o emprego, sob condições financeiras mundiais que não se repetiriam. De fato, em suas três primeiras reuniões depois da eclosão da crise, os países do G20 definiram e coordenaram progra-

mas de estabilização dos bancos e de expansão fiscal revertendo o pior dela, o que nos beneficiou. Mas os líderes europeus, a partir da reunião do G20 de Toronto, em 2010, e contra os pedidos públicos de Lula, decidiram coordenar políticas de contração que definiram na Europa um horizonte de estagnação que se prolonga ainda hoje, com consequências depressivas mundiais.

O primeiro mandato de Dilma apresentou o resultado ambíguo de tendências estagnacionistas do PIB, de um lado, e recordes de baixa na taxa de desemprego de outro. A inflação ficou dentro da meta, não justificando as críticas terroristas de que o Governo havia perdido o controle dela. Dois pontos preocupantes, porém, assinalaram mau tempo para o futuro: uma queda na taxa de investimento para 16,5% do PIB e um gigantesco déficit em conta corrente do Balanço de Pagamentos da ordem de US\$ 83 bilhões anuais até setembro, o que nos coloca entre a cruz e a caldeirinha da sangria de reservas internacionais, e do aumento da taxa de juros básica com o objetivo de atrair capitais especulativos a fim fechar o Balanço de Pagamentos.

O segundo mandato de Dilma começa sob esse duplo desafio. Independentemente de ideologia, os graus de liberdade são limitados. O Brasil está inserido num conjunto de relações monetário-financeiras globais que restringe drasticamente o campo de ação prática do Governo para políticas autônomas. Os condicionantes externos de nossa política econômica



interna expressam interesses pesados que se refletem em regras de conduta defendidas no campo ideológico pela direita global, a ortodoxia bancária, cuja ruptura pura e simples importaria custos que seriam considerados inaceitáveis pelas classes dominantes internas.

Começamos pela política fiscal. A existência de um déficit primário, como tem ocorrido, não representa qualquer risco inflacionário numa economia com crescimento próximo de zero. Como consequência, de um ponto de vista macroeconômico rigoroso, o Governo deve rejeitar a todo o custo fazer superávit primário enquanto a recessão perdurar. Na verdade, o déficit é até saudável para a retomada a curto prazo da economia. Acontece que temos um mantra ideológico, imposto por agências internacionais e operacionalizado por agências de risco, segundo o qual se deve fazer superávit primário em qualquer tempo e a qualquer custo, mesmo que sacrifican-

do a possibilidade de crescimento econômico. O objetivo, em qualquer circunstância, é reduzir o estoque da dívida pública, que aparece como um mal em si.

A pergunta relevante é a seguinte: se estamos tratando de uma questão técnica, ou seja, a relação entre orçamento primário e recessão, porque não mandamos às favas a ortodoxia alienígena, aplaudida ideologicamente pela grande mídia interna, e passamos a fazer a política anticíclica tecnicamente correta que nos interessa? É claro que o FMI e o Banco Mundial não podem nos castigar: nada devemos a eles. Contudo, as agências de risco, que assumiram o papel de fatores privados dos governos, podem nos desclassificar segundo um julgamento arbitrário de política fiscal. Também isso poderia ser mandado às favas, exceto por um detalhe: a classificação de risco determina os custos dos empréstimos no mercado financeiro mundial, o que afeta diretamente os tomadores de crédito privados e públicos a partir do Brasil.

No caso da política monetária, o condicionamento externo é ainda mais apertado. O cidadão brasileiro pode se perguntar por que temos uma taxa básica anual de juros de 11,25%, segundo o último aumento pós-eleitoral, quando o FED, banco central americano, o BCE – Banco Central Europeu, e o Banco do Japão têm taxas de zero por cento ou até negativas (BCE). A resposta, de caráter estritamente ideológico, é que essa taxa é necessária para combater a inflação. Contudo, a inflação está mais

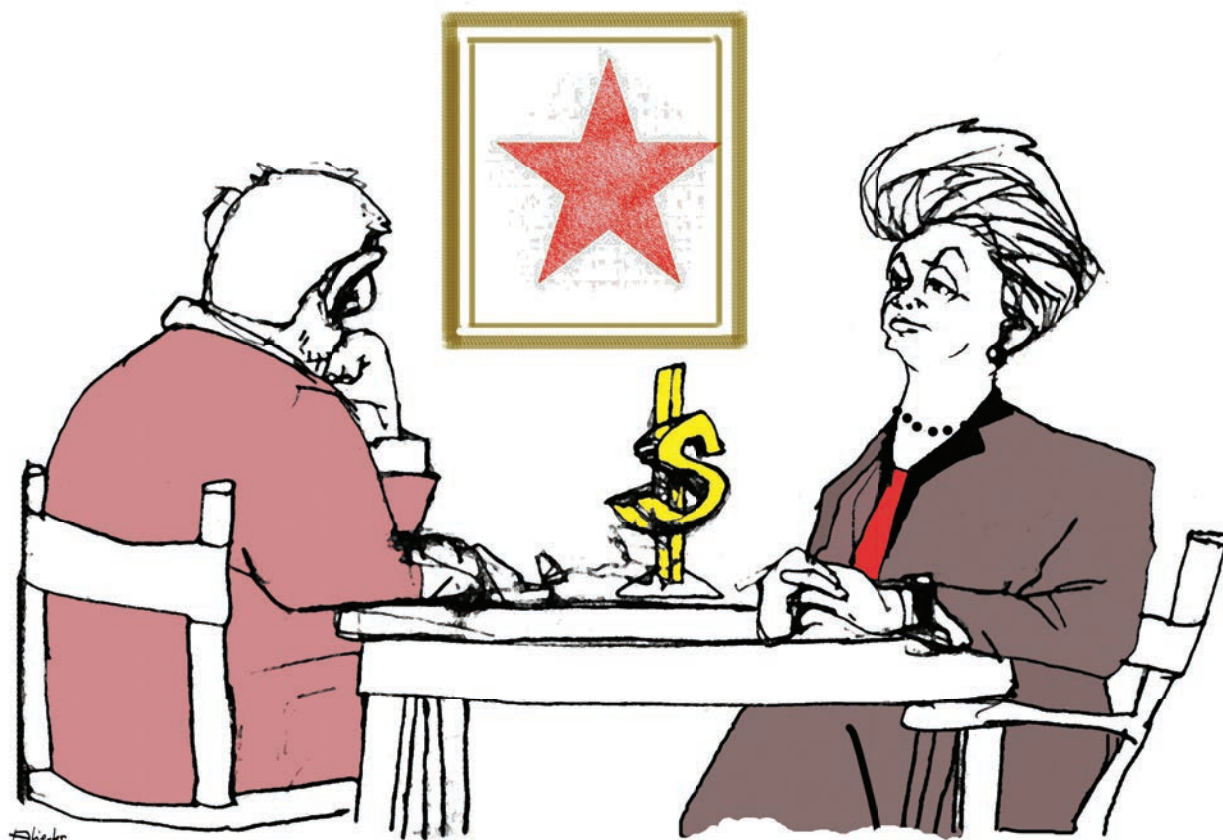


ou menos estabilizada em torno da meta, com tendência de baixa, e nada justificaria, desse ponto de vista, o aumento dos juros.

A explicação de sentido prático, não ideológico, reflete o segundo grande condicionamento da economia: o déficit anual em conta corrente de mais de R\$ 80 bilhões. Mário Henrique Simonsen dizia que inflação aleija, enquanto balanço de pagamentos mata. No curto prazo, um buraco em conta corrente de R\$ 80 bilhões tem de ser pago ou pelo uso das reservas internacionais ou pela entrada de recursos financeiros, isto é, aplicações em títulos públicos ou bolsas. Investimento externo mesmo é desprezível, embora se some à compra de empresas internas, mais comum. Assim, para atrair especuladores, o Governo se vê forçado a premiá-los com taxas crescentes de juros, contaminando o custo da economia inteira.

Esses dois dilemas decorrem, em parte, de erros na condução da política econômica ao longo do primeiro mandato de Dilma, quando secaram a boa vida com os preços e as quantidades de commodities exportadas principalmente para a China. Resultaram daí os amplos superávits comerciais que alimentaram nossas reservas externas para níveis recordes. Contudo, se os reiterados pleitos da indústria por uma política cambial mais realista tivessem sido atendidos a partir de 2011, teríamos evitado o déficit comercial que estamos tendo, com reflexo num déficit menor em conta corrente e com forte valor simbólico para os mercados.

Do lado fiscal, as desonerações amplas estabelecidas para empresas, se tiveram uma justificativa teórica de política anticíclica de estilo keynesiano, caíram na ar-



madilha da moeda financeira e resultaram apenas em queda líquida da receita tributária. Sim, porque numa economia em recessão a demanda está estagnada. Com isso, o empresário beneficiado por desoneração não tem qualquer estímulo a investir. Apenas converte a desoneração em lucro, e o lucro em aplicação financeira, mesmo porque, em função de outras políticas de Governo, as taxas de juros são extremamente atraentes, sem os custos e os riscos da produção. Disso tudo se conclui que, numa economia estagnada ou perto disso, o que resolve não é desoneração; é gasto público direto em investimento e custeio, gerando renda e emprego direto e indireto.

Dentro dessas condicionantes, como vai se comportar Joaquim Levy, o ministro da Fazenda nomeado por Dilma? Se ele se comportar como representante da direita

tradicional, sob o mantra do aperto fiscal e do combate à inflação a qualquer custo, vai enfurecer grande parte da militância progressista que a elegeu. Não só isso. Correremos o risco de um aprofundamento dramático da recessão com a volta do alto desemprego e reversão das políticas sociais, como na Europa. Por outro lado, ela não poderá romper totalmente com a estrutura monetário-financeira internacional sem o risco de cerco contra o Brasil, a exemplo do que experimentaram, historicamente, a França de Mitterrand, a Argentina de Kirchner e a Inglaterra posta de joelhos pelo especulador George Soros, ex-patrão do que seria o ministro de Aécio, Armínio Fraga.

Seria de extrema petulância de minha parte dar conselho à Presidente, mas, como seu mais insignificante eleitor, ousou dizer o que espero dela: na política fiscal, res-

taurar alguns impostos para gerar algum superávit primário sem sacrificar a pauta de gastos sociais. O superávit vai gerar protestos à esquerda, mas estes não se justificam: o importante para acelerar a economia é o déficit nominal, desde que conjugado com uma política monetária de juros baixos. Para manter os juros baixos, aceite alguma queda nas reservas internacionais, conjugada com uma política cambial mais favorável às exportações. Claro, tudo isso seriam medidas para o curto prazo. Para médio e longo prazos, a fim de reverter o ciclo de desaceleração, o Brasil merece uma estratégia de desenvolvimento com os BRICS e a Unasul.

\* É economista, doutor pela Coppe/UFRJ, autor de mais de 20 livros sobre Economia Política brasileira e professor de Economia Internacional da UEPB.



# Concentração do capital e dominação financeira nos governos do PT

Reinaldo Gonçalves\*

**E**sse artigo examina dois temas – mudanças estruturais na economia e desempenho macroeconômico – durante os 12 anos de governos do PT.

No período 2003-14 as mudanças observadas ampliam e aprofundam características estruturais do modelo econômico herdado do governo anterior – o Modelo Liberal Periférico (MLP). O MLP tem como características marcantes: liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominação do capital financeiro. O MLP tem padrões específicos de dominação, acumulação e distribuição. No que se refere ao padrão de dominação, o MLP envolve pacto dos grupos dirigentes com os setores dominantes (empreiteiras, bancos, agronegócio e mineradoras), cuja consequência é o aumento da concentração de riqueza e poder. O padrão de acumulação envolve, além de baixas taxas de investimento, o deslocamento da fronteira de produção na direção do setor primário-exportador. E, por fim, o padrão de distribuição limita-se à redistribuição incipiente da renda entre os distintos grupos da classe trabalhadora de tal forma que os interesses do grande capital são preservados, ou seja, não há mudanças na estrutura primária de distribuição de riqueza e renda (rendimentos da classe trabalhadora versus renda do capital).

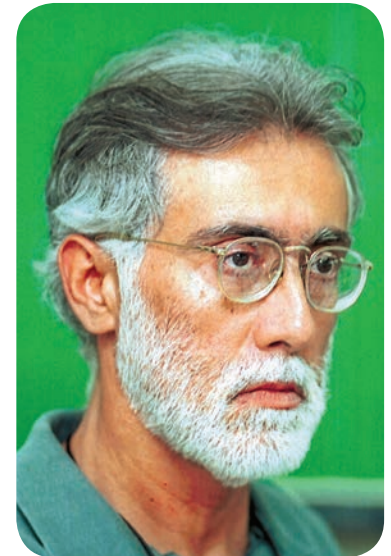
Em relação às questões estruturais a evidência empírica é conclusiva. Nos governos Lula (2003-10) e Dilma (2011-14) a estrutura econômica brasileira iniciou ou aprofun-

dou tendências que comprometem a capacidade de desenvolvimento do país no longo prazo. Estas tendências são: desindustrialização e des-substituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; desnacionalização; perda de competitividade internacional; crescente vulnerabilidade externa estrutural; maior concentração de capital e política econômica marcada pela dominação financeira.<sup>1</sup> Para ilustrar, a Tabela 1 apresenta indicadores atualizados de concentração de capital e dominação financeira. A relação entre o patrimônio líquido (PL) das 500 maiores empresas e o PIB aumenta de 18,9% em 1995-98 para 37,5% em 2011-13. No caso dos três maiores bancos privados (Itaú, Unibanco e Bradesco) essa relação aumenta de 1,4% para 3,3% nesse mesmo período. Dados sobre lucro e ativos também apontam essa tendência de maior concentração do capital na economia brasileira durante os governos do PT.

No que se refere à dominação financeira, a relação entre o PL dos três maiores bancos e o PL das 500 maiores empresas aumenta de 7,5% para 8,7% entre o primeiro governo FHC (1995-98) e o governo Dilma. A dominação financeira é ainda mais evidente quando se considera que a relação entre os ativos totais dos três maiores bancos privados e das 500 maiores empresas aumenta de 32,8% para 60,2% entre 1995-98 e 2011-13. Nesse período a relação entre o lucro líquido dos três maiores bancos privados e o PIB aumenta continuamente de 0,2% para 0,6%. Alguns fatores se destacam na determinação da dominação financeira no Brasil nos governos do PT: ju-

ros altos, expansão do crédito, aumento das tarifas sobre serviços bancários e fragilidade institucional para conter o abuso do poder econômico. O poder econômico dos bancos se expressa por meio da elevação do *spread* para compensar taxas de juros mais baixas ou desaceleração do crédito, e também com cobranças abusivas e outras práticas comerciais restritivas.

Nos governos do PT o desempenho macroeconômico brasileiro é fraco/mediocre pelos padrões históricos do país e pelos atuais padrões internacionais. A evidência é conclusiva.<sup>2</sup> A Tabela 2 apresenta seis



**Tabela 1. Concentração do capital e dominação financeira (%): 1995-2013**

	Lucro líquido / PIB	Patrimônio líquido / PIB	Ativo / PIB
<b>500 Maiores empresas</b>			
1995-98	0,9	18,9	32,7
1999-2002	0,5	26,2	51,9
2003-06	3,8	32,4	61,9
2007-10	3,5	34,6	62,9
2011-13	2,2	37,5	67,7
<b>Bancos (Itaú, Unibanco e Bradesco)</b>			
1995-98	0,2	1,4	10,7
1999-2002	0,4	1,9	14,9
2003-06	0,4	1,8	18,8
2007-10	0,5	2,7	32,8
2011-13	0,6	3,3	40,8
<b>Dominação financeira</b>			
	Lucro líq. G3/Lucro líq. 500 maiores	PL G3/PL 500 maiores	Ativo G3/Ativo 500 maiores
1995-98	22,5	7,5	32,8
1999-2002	42,8	7,8	29,2
2003-06	10,5	5,6	30,4
2007-10	15,6	7,8	52,1
2011-13	29,4	8,7	60,2

Fonte: Revista Exame. Melhores e Maiores. São Paulo: Abril, 1996-2014.

indicadores macroeconômicos e um indicador-síntese (Índice de Desempenho Macroeconômico - IDM) para o Brasil no período republicano. De modo geral, os governos do PT tiveram desempenho abaixo da média e da mediana. Sem risco de exagero, pode-se afirmar que o desempenho macroeconômico foi fraco durante o governo Lula e medíocre durante o governo Dilma.

Esses governos tiveram desempenhos comparativamente favoráveis no que se refere ao controle da inflação e ao endividamento externo. Entretanto, no que se refere a essa última variável, cabe notar que ela é um indicador inapropriado de vulnerabilidade externa, visto que outros componentes do passivo externo tiveram grande expansão no período em análise. A dívida externa corresponde, atualmente, a 20% do passivo externo brasileiro. A principal fonte de vulnerabilidade externa financeira é o passivo na forma de investimento externo indireto (em carteira), que corresponde a 33% do passivo externo total. Esse investimento está em títulos públicos e privados. O passivo externo do Brasil supera US\$ 1,6 trilhão em 2014. Portanto, as reservas internacionais (cerca de US\$ 350 bilhões) não são suficientes para resistir a fatores desestabilizadores externos. O fato concreto é que o Brasil está “vendido” ou “a descoberto” em algo como US\$ 600 bilhões - US\$ 700 bilhões, quando se desconta o valor do investimento externo direto (ativos reais) no país. Vale notar também que a taxa de crescimento médio anual do PIB no governo Dilma é a terceira mais baixa da história republicana (30 mandatos presidenciais). O IDM médio dos governos petistas é 47,9 e, no período republicano, a média é 56,4 e a mediana 58,4. Tanto o governo Lula (48,8) como o governo Dilma (45,4) têm índices menores do que esses valores.

Em resumo, após 12 anos de governos do PT a herança é: ausência de

**Tabela 2. Desempenho macroeconômico segundo o mandato presidencial: 1890-2014**

		Crescimento econômico	Hiato de crescimento	Investimento	Inflação	Fragilidade financeira	Vulnerabilidade externa	IDM - Índice de Desempenho Macroeconômico
1	Deodoro da Fonseca	10,1	7,1	8,2	17,4	23,4	115,0	69,3
2	Floriano Peixoto	-7,5	-9,4	-10,7	14,1	15,5	102,2	46,9
3	Prudente de Moraes	4,5	0,0	-9,4	10,9	13,2	141,3	58,4
4	Campos Sales	3,1	-1,5	-4,5	-10,3	13,1	145,0	61,4
5	Rodrigues Alves	4,7	-0,9	26,5	4,2	13,8	167,4	66,1
6	Afonso Pena	2,5	-1,5	6,7	-1,6	11,6	188,8	61,3
7	Nilo Peçanha	6,4	0,6	11,9	1,2	11,7	183,9	67,6
8	Hermes da Fonseca	3,5	0,6	-9,3	-4,1	12,5	222,1	61,1
9	Venceslau Brás	2,1	-2,1	-24,3	12,7	13,2	273,8	45,0
10	Epitácio Pessoa	7,5	4,9	46,0	4,6	11,7	179,0	72,4
11	Artur Bernardes	3,7	-1,3	8,3	8,8	11,2	203,1	57,8
12	Washington Luís	5,1	3,4	-1,2	-2,0	9,9	286,6	62,8
13	Getúlio Vargas I	4,3	0,3	4,0	6,5	9,3	333,5	56,5
14	Eurico Dutra	7,6	5,3	17,6	9,3	5,1	54,3	75,9
15	Getúlio Vargas II	6,2	0,2	8,3	17,0	2,6	50,6	69,2
16	Café Filho	8,8	1,2	-3,0	11,5	1,4	90,8	70,0
17	Juscelino Kubitschek	8,1	2,4	9,6	21,5	0,8	204,3	67,6
18	Jânio Quadros	8,6	3,3	-14,2	34,6	0,3	250,0	60,0
19	João Goulart	3,6	-2,0	11,5	63,7	0,2	267,3	54,3
20	Castello Branco	4,2	-2,6	8,5	60,8	0,4	227,1	55,5
21	Costa e Silva	7,8	2,0	11,9	24,4	1,7	201,6	67,0
22	Garrastazu Médici	11,9	5,7	14,9	21,2	4,8	223,9	72,9
23	Ernesto Geisel	6,7	2,7	6,6	38,6	6,5	276,7	58,8
24	João Figueiredo	2,4	-0,7	-3,5	109,1	6,0	350,0	43,9
25	José Sarney	4,4	0,5	4,8	386,3	10,8	399,0	42,2
26	Fernando Collor	-1,3	-3,0	-7,5	1061,2	5,8	377,8	31,4
27	Itamar Franco	5,0	2,9	10,2	2123,0	9,0	351,1	46,9
28	Fernando Henrique	2,3	-1,1	1,0	17,1	31,8	395,1	38,3
29	Lula	4,0	1,4	7,1	8,1	43,6	177,0	48,8
30	Dilma Rousseff	1,6	-0,1	2,2	6,6	41,8	170,1	45,4
Memo								
	Média	4,5	0,5	4,4	37,2	7,7	213,0	56,4
	Mediana	4,7	0,4	8,4	11,5	10,2	235,0	58,4
	Lula e Dilma	3,2	0,8	5,6	7,7	43,1	179,3	47,9

Fontes e notas: Gonçalves, R. *Desenvolvimento às Avessas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013, cap. 4.

Crescimento econômico = Var. PIB real %. Hiato de crescimento = Diferença entre a var. % do PIB real per capita do Brasil e o do resto do mundo.

Investimento = Var. real do investimento total %. Inflação = Deflator do PIB %. Inflação = Deflator do PIB %.

IDM = Índice de Desempenho Macroeconômico. Variável reduzida (0 - 100) = média aritmética das variáveis reduzidas (0 - 100) para cada um dos seis indicadores.

Mediana e média (geométrica) referem-se ao período republicano (1890-2013), com exceção do dado sobre variação real do PIB, cuja série se estende até 2014 (0,4%, previsão).

mudanças estruturais, maior concentração do capital, maior dominação financeira, fraco desempenho macroeconômico e enorme vulnerabilidade externa financeira. Nenhuma surpresa, visto que esses governos aprofundaram e ampliaram o Modelo Libe-

ral Periférico. Mais um governo do PT implica, muito provavelmente, o aprofundamento desses fenômenos e tendências, qualquer que seja a composição da equipe econômica.

\* Professor titular do IE/UFRJ.

1 R. Gonçalves. *Desenvolvimento às Avessas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013, cap. 4.

2 Gonçalves, R. Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, No. 37, p. 7-39, janeiro 2014.

O JE dá prosseguimento à publicação de resumos dos textos vencedores do 24º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Sarah Lampreia Oliveira, graduada pela UFF, foi o terceiro colocado no concurso.

## Combate ao tabagismo no Brasil: políticas de preços podem ser eficazes?

Sarah Lampreia Oliveira\*

O tabagismo, inicialmente visto como um estilo de vida, expandiu-se ao longo das últimas décadas com o auxílio de um contexto econômico globalizado, permitindo a inserção de companhias de tabaco em países com baixo custo de produção e elevado potencial de consumo, sobretudo nos países em desenvolvimento. Atualmente, o consumo de tabaco vem sendo combatido com mais veemência tendo em vista seu impacto negativo na saúde, economia e danos ao meio ambiente.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera o tabagismo a principal causa de morte evitável e principal fator de risco de doenças crônicas não transmissíveis<sup>1</sup>. Segundo o INCA (Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva), estima-se que a cada ano 130 mil brasileiros morram precocemente devido a doenças provocadas pelo tabagismo. Pode-se associar ao consumo do tabaco a ocorrência de várias doenças, como câncer de pulmão, hipertensão arterial, aneurismas arteriais, úlcera do aparelho digestivo, infecções respiratórias, entre outras. Outra grave consequência do tabagismo é o seu efeito sobre os chamados fumantes passivos<sup>2</sup>. Dados da OMS indicam que



o fumo passivo é a terceira maior causa de morte evitável no mundo, desencadeia uma série de doenças e aumenta a probabilidade de outras enfermidades.

Pinto e Pichon-Riviere (2012) estimam uma elevada carga econômica do tabagismo; os custos para o setor de saúde seriam de aproximadamente R\$ 20,68 bilhões, representando cerca de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2011. Os autores destacaram ainda a necessidade de avanços no cálculo dos custos indiretos e do tabagismo passivo, não inclusos no valor estimado.

As políticas de combate ao tabagismo se tornaram mais intensas a partir de 2005, quando o Brasil ratificou sua participação na Convenção-Quadro para o Controle

do Tabaco (CQCT), coordenada pela OMS. Neste tratado, as Partes<sup>3</sup> promovem o fortalecimento do combate ao tabagismo e de suas consequências sanitárias, socioeconômicas e ambientais indesejadas. Os participantes se comprometem a desenvolver estratégias que levem em consideração as características do país, como o perfil da população e o ambiente sócio-político.

Diante deste contexto de perigo e danos para saúde pública, do comprometimento do Brasil com a CQCT e dos custos para a sociedade, torna-se essencial a intervenção do Estado na forma de políticas públicas de prevenção e desincentivo ao tabagismo. Dentre as políticas utilizadas para o combate, a OMS (2009) considera que a política de preço é a intervenção mais eficaz para redução do tabagismo. Os aumentos de preço dos produtos do tabaco podem, além de diminuir o tabagismo, desincentivar a entrada de novos consumidores.

Apesar de os dados indicarem uma forte cultura tabagista no Brasil, no qual 25 milhões de brasileiros consomem algum produto do tabaco (PETab, 2008), o país se destaca internacionalmente com seu programa de combate ao fumo, sobretudo entre países em desenvolvimento<sup>4</sup>. O uso de políticas públicas de combate ao tabagismo no Brasil começou muito antes da ratifica-

ção da CQCT. As políticas implementadas desde o início da década de 1980 tinham como estratégias medidas legislativas, educacionais, de regulamentação dos produtos do tabaco e oferta de tratamento para cessação do tabagismo no Sistema Único de Saúde (SUS).

As políticas gerais antitabagismo no Brasil foram implementadas gradativamente. Inicialmente restringiam o fumo em alguns lugares específicos, em seguida começaram a abranger uma gama mais ampla de locais, até a restrição total do fumo em locais públicos. Além das políticas de restrição, destacam-se também as políticas de informação, com intuito de reforçar aos consumidores os perigos do fumo através da obrigatoriedade das mensagens de advertência nas embalagens e das campanhas antitabaco. As proibições de propaganda de produtos fumígenos na televisão e internet também foram importantes instrumentos de combate.

As políticas de preços concentraram-se nas alterações dos impostos incidentes sobre os produtos do tabaco, em especial os cigarros. Os aumentos graduais do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) não foram suficientes para tirar o Brasil da posição de um dos países com menores preços de cigarro industrializado. Atualmente o preço de



**Tabela 1: Elasticidades preço e renda da participação e consumo de cigarro industrializado**

	Preço	Renda
Elasticidade da participação	-0,051	-0,063
Elasticidade do consumo:		
$E(y x, y > 0)$	-0,011	-0,008
$E(y x)$	-0,061	-0,044

Fonte: Elaboração própria utilizando dados da PNAD e PETab de 2008 (IBGE).

cigarro segue a lei do preço mínimo, além dos dois regimes de tributação que podem ser escolhidos pelo fabricante ou importador, o regime geral ou especial.

Com o intuito de investigar a eficácia de políticas de preços no Brasil e entender os efeitos que as variações de preço e renda provocam na participação e no consumo de cigarro industrializado, foram escolhidas duas estratégias empíricas. Foi estimado um modelo *probit* para participação (isto é, da decisão do indivíduo de fumar ou não) e um modelo *tobit* para o consumo. Optou-se pelo modelo *tobit* para o consumo devido à censura presente nos dados, ou seja, a grande incidência de indivíduos que não consomem nenhuma unidade de cigarro no banco de dados.

A base de dados utilizada foi a *Global Adult Tobacco Survey*, no Brasil intitulada Pesquisa Especial de Tabagismo (PETab) e realizada, em 2008, pelo IBGE, junto à coleta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Apesar de a pesquisa apresentar outros derivados do tabaco optou-se pela estimação do consumo de cigarros industrializados devido à sua predominância na amostra. Ademais, segundo relatório do Banco Mundial (2004), dentre os produtos do tabaco, o cigarro representa o principal risco para a saúde na maioria dos países.

Além das variáveis de interesse, preço e renda, foram escolhidas outras variáveis comumente utilizadas na literatura de consumo de tabaco, buscando descrever o perfil socioeconômico dos indivíduos (sexo, idade, raça) e capturar as diferenças entre localização de residência, incluindo as cinco macrorregiões brasileiras e rural/urbana. Traçar o perfil socioeconômico do consumidor pode ser um importante mecanismo para guiar políticas que não sejam relacionadas com o preço, como programas de cessação ou políticas de prevenção.

As estimativas encontradas foram condizentes com o esperado baseado na literatura em termos qualitativos, embora de magnitudes inferiores às costumeiras. Foi encontrada uma relação negativa entre as variáveis dependentes e as variáveis de interesse, renda e preço, para ambos os modelos. As relações estimadas tanto no modelo de participação quanto no de consumo foram positivas para as variáveis: idade (e idade ao quadrado), negro e região sul, e negativas para educação, mulher, morador de região rural, desempregado e demais regiões. As elasticidades preço e renda estão dispostas na Tabela 1. Em relação às elasticidades para o consumo (modelo *tobit*) foi possível calcular dois efeitos. O primeiro ( $E(y|x, y > 0)$ ) aponta a elasticidade somente para fumantes e o úl-

timo, a elasticidade geral, incluindo fumantes e não fumantes. Os dados corroboram a possibilidade de redução do tabagismo através de políticas de elevação do preço, tanto na diminuição do número de cigarros consumidos quanto na probabilidade dos não fumantes ingressarem no tabagismo.

Apesar de os resultados econômicos encontrados satisfazerem o esperado – políticas de preço são potencialmente eficazes, as baixas elasticidades encontradas indicam a necessidade de políticas de preços mais agressivas para que bons resultados sejam alcançados, e associação com outras políticas. Além disso, as baixas elasticidades podem ser justificadas pelo baixo valor dos cigarros no período analisado.

Apesar do sucesso nas políticas de controle implementadas, a necessidade de avanços é notória. Mesmo com todo o aparato legal de combate ao tabagismo, as principais polí-

ticas esbarram nos interesses da indústria tabagista, que as contestam na justiça. Ademais, acentua-se a necessidade de políticas sensíveis às desigualdades socioeconômicas e focalizadas em atender as necessidades dos grupos sociais mais afetados, levando em consideração aspectos como renda, educação, sexo e idade.

Orientador: *Prof. Fábio Waltenberg*

\* É graduada em Ciências Econômicas pela UFPE.

1 Segundo o Ministério da Saúde, doenças crônicas não transmissíveis são multifatoriais, que se desenvolvem no decorrer da vida e apresentam longa duração.

2 Segundo classificação do INCA, fumantes passivos são indivíduos não fumantes que convivem com fumantes em ambientes fechados.

3 É intitulado como “Partes” o conjunto de todos os países que fazem parte do tratado.

4 Disponível em: <http://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=589&sid=6>. Acesso em 26/10/2013.

## Referências Bibliográficas

- BANCO MUNDIAL. Serie de Herramientas sobre Economía del Tabaco 3: Análisis económico de la demanda de tabaco. Washington, 2004. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd20/economia.pdf>>. Acesso em 27/11/2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Tabagismo - 2008. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/suplementos/tabagismo/pnad\\_tabagismo.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/suplementos/tabagismo/pnad_tabagismo.pdf)>. Acesso em 20/07/2013 (PETab, 2008).
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Informe OMS sobre la Epidemia Mundial de Tabaquismo: Consecución de ambientes libres de humo de tabaco, 2009. Disponível em: <[http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9789243563916\\_spa.pdf?ua=1](http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9789243563916_spa.pdf?ua=1)>. Acesso em 07/09/2014 (OMS, 2009).
- PINTO, Márcia Teixeira; PICHON-RIVIERE, Andrés. Relatório Final: Carga das Doenças Tabaco-Relacionadas para o Brasil. Aliança de Controle do Tabagismo, 2012. Disponível em: <[http://actbr.org.br/uploads/conteudo/721\\_Relatorio\\_Carga\\_do\\_tabagismo\\_Brasil.pdf](http://actbr.org.br/uploads/conteudo/721_Relatorio_Carga_do_tabagismo_Brasil.pdf)> Acesso em 22/11/2013.

# Macroeconomia Pós-Keynesiana

Andre de Melo Modenesi\*

Segundo Davidson (2005a: 451), a escola Pós-Keynesiana (PK) é formada por um “(...) grupo [heterogêneo] de economistas unidos unicamente em torno da rejeição da síntese neoclássica” (Davidson, 2005a: 451). A crítica central desse grupo dissidente é a interpretação mecanicista da Teoria Geral, inaugurada por Hicks (1937) e formalizada pelo modelo IS-LM. As primeiras reações ao keynesianismo hidráulico (ou “bastardo”) foram feitas por Kaldor (1956) e Robinson (1962, 1972) que, junto com G. Harcourt, R. e Khan, encabeçam o grupo de autores pós-keynesianos denominado por Holt (1997) de “britânico”. O grupo “americano”, liderado por V. Chick, S. Weintraub, P. Davidson, A. Eichner, J. Kregel, H. Minsky, B. Moore e G. Shackle, deu continuidade ao resgate da revolução keynesiana – ressaltando a importância da incerteza e das condições monetárias e financeiras nas decisões econômicas.<sup>1</sup> No Brasil, F.J. Cardim de Carvalho (1992) se destaca como

o maior difusor do pensamento pós-keynesiano, segundo quem: “(...) Pós-Keynesianos têm como programa de pesquisa precisamente o desenvolvimento de uma visão nova, a de uma economia monetária. Este é o conceito unificador do paradigma Pós-Keynesiano (...)” (p. 37).

A teoria macroeconômica pós-keynesiana se fundamenta em dois pilares: o princípio da demanda efetiva (PDE); e a preferência pela liquidez (PPL). A adoção do PDE, conjugada com a teoria da PPL, é o que permitiu a Keynes (1936) rejeitar os três axiomas fundamentais da escola “clássica”: i) substituição bruta; ii) ergodicidade; e iii) neutralidade da moeda. A combinação destes axiomas, por sua vez, assegura o pleno emprego e a validade da lei de Say – afastando o modelo (neo)clássico da realidade (Davidson, 2005a; 2005b).

O PDE pode ser didaticamente apresentado por meio de um diagrama simples. A função de oferta agregada é representada pela curva *Z*. Ela mostra o valor compensador das vendas esperado pelos empresários. Quan-

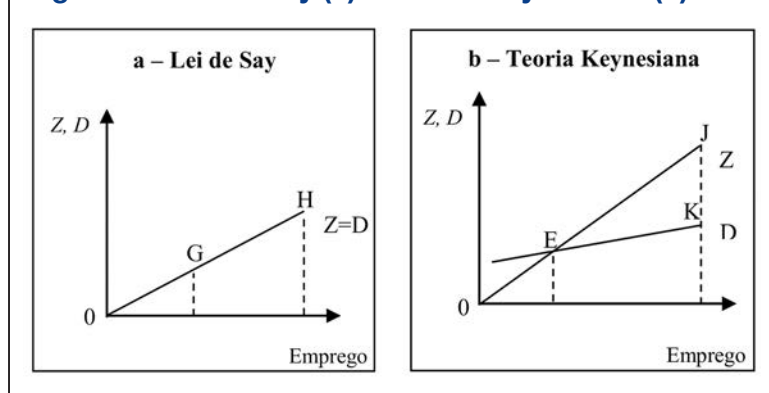
to maior a expectativa de receita, maior o nível de emprego. A demanda agregada é dada pela curva *D*. Ela mostra a expectativa de gastos em consumo e em investimento. Quanto maior o nível de emprego, maior o fluxo de gastos planejados.

No modelo clássico, os volumes de consumo e de investimento (e, portanto, a demanda agregada) são limitados pela renda corrente. As decisões de consumo/poupança se baseiam em uma escolha intertemporal: poupar significa abrir mão de consumo hoje para obter um valor maior de consumo no futuro. A taxa de juros é um fenômeno real: ela reflete a produtividade marginal do capital. Do ponto de vista do poupador, ela funciona como uma recompensa pela abstinência do consumo presente em troca de um maior consumo futuro. Estas escolhas definem exclusivamente a composição – mas não o volume – de gastos (ou demanda) agregados. Variações na taxa de juros asseguram que a um aumento da poupança corresponde um aumento idêntico no investimento: tudo aquilo que não é consumido pelos poupadores é, necessariamente, gasto pelos investidores.

Segundo a lei de Say, não haveria obstáculo ao pleno emprego pelo lado da demanda: a produção poderia ser expandida livremente até o limite físico dado pela plena utilização dos fatores de produção. Neste caso, valeriam os axiomas da substituição bruta e da ergodicidade. De acordo com o primeiro, variações nos preços re-



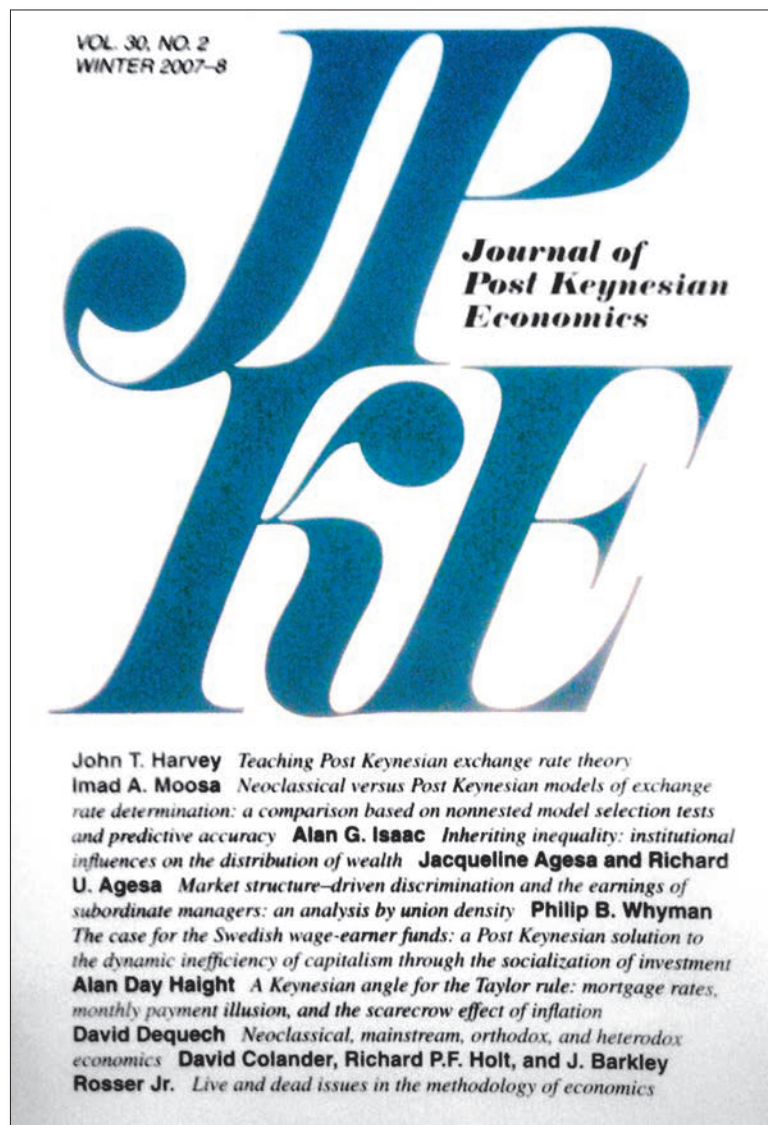
Figura 1 – Lei de Say (a) e Teoria Keynesiana (b)



lativos determinam mudança na composição de um dado volume agregado de gastos. Como o sistema é ergódico, não há incerteza – que se difere do risco, por não ser calculável – e, portanto, não há razão para os agentes manterem recursos ociosos na forma de moeda. A moeda é neutra e vale a dicotomia clássica: a determinação das variáveis reais (emprego e renda) independe do lado monetário.

No modelo clássico, as curvas  $Z$  e  $D$  seriam coincidentes (Figura 1a). Se o nível observado de emprego for  $N^a$ , a demanda seria limitada ao ponto  $G$ . Qualquer expansão de emprego promovida pelos empresários para gerar um volume adicional de produção (para o ponto  $H$ ) também aumentaria a demanda observada para o ponto  $H$  e o pleno emprego ( $N^a$ ) seria alcançado. Trata-se de um equilíbrio estável: a economia nele se manteria.

Voltando para o PDE de Keynes. A curva  $Z$  está dada no curto prazo; sua fundamentação microeconômica é Marshalliana. A inovação de Keynes consiste em dividir a demanda agregada em dois componentes com determinantes distintos. Os gastos em consumo dependem do nível corrente de renda e/ou de emprego (dada a propensão marginal a consumir). Já o investimento planejado depende fundamentalmente da expectativa de ganhos futuros (definida em termos monetários) dos empresários, a eficiência marginal do capital ( $Emc$ ). Estes gastos não são limitados nem pela renda corrente nem por uma dotação prévia de recursos. O excesso de investimento em relação à renda corrente pode ser finan-



ciado por empréstimos bancários. As equações abaixo formalizam as curvas  $Z$  e  $D$ :

$$Z = f_z(N^+)$$

$$D = f_D(N^+, Emc) = C(Y^+) + I(Emc)$$

O investimento depende do *espírito animal* dos empresários. Aqui entra em cena o princípio da não ergodicidade. Como o futuro não é uma mera projeção do passado, não há bases objetivas para a formação de expectativas. A não ergodicidade implica que a inferência estatística (ou o cálculo de probabilidades) não é

uma forma eficiente de se antever a um futuro que é simplesmente imprevisível.

Há uma distância temporal entre as decisões de investimento, produção (dos empresários) e de gastos (dos consumidores). Assim, as decisões de investimento se baseiam em expectativas (de longo prazo), cujas bases são muito frágeis. Essa precariedade na formação das expectativas reduz o grau de confiança (ou a crença na validade) das mesmas. Os agentes reconhecem a fragilidade de suas expectativas – particularmente quanto à  $Emc$ . Assim,

as expectativas podem ser drasticamente revertidas dando origem a ondas de pessimismo e de otimismo. A elevada volatilidade das expectativas se transmite para o investimento e para a demanda agregada e, por fim, gera oscilações no emprego e na renda (via multiplicador). Em oposição à economia clássica – que repousa em equilíbrio único e estável – a economia de Keynes é inerentemente instável pelo lado da demanda.

A PPL aparece neste momento. Na presença de incerteza (desconhecimento do futuro), os agentes podem, racionalmente, abrir mão de ganhos futuros (associado à compra de bens de capital) em troca do prêmio de liquidez proporcionado pela retenção de moeda.

Para Keynes (1930, 1936), diferentemente dos clássicos, a moeda não é um mero meio de troca. Ela é um ativo financeiro singular, com grau máximo de liquidez. São duas as propriedades fundamentais da moeda: elasticidade produção nula (ou próxima de zero); e elasticidade substituição nula. A primeira significa que a moeda não é reproduzível pelo trabalho – diferentemente de todos os demais bens e serviços, cuja produção requer o trabalho humano e, portanto, gera emprego e renda. A segunda implica que não há substituto para a moeda. Diante de um quadro de elevada incerteza, haverá um aumento da PPL – que não pode ser revertido por um aumento dos juros. Não há substituto para a moeda e mudanças nos preços relativos não são suficientes para induzir os agentes a gastarem mais. O axioma da substituição bruta é, portanto, negado: mudanças nos preços relativos não



asseguram a convergência ao pleno emprego.

Em suma: um aumento da incerteza gera um aumento da demanda precaucional por moeda. Isso implica que parcela da renda monetária gerada no processo produtivo se desviará da compra de bens/serviços reprodutíveis pelo trabalho para a acumulação de um ativo não reprodutível pelo trabalho. Neste caso, um aumento da demanda por moeda impactará negativamente o emprego/renda. Vale dizer, a moeda não é neutra:

[...] a moeda tem um papel próprio e afeta os motivos e decisões e é, em suma, um fator operante na situação [econômica], de modo que o curso dos eventos não pode ser previsto, nem no longo período nem no curto, sem um conhecimento do comportamen-

to da moeda, do estágio inicial ao final (Keynes, 1973, pp. 408-9).

Na teoria de Keynes e de PK as curvas  $Z$  e  $D$  não são concorrentes e o ponto de demanda efetiva ( $E$ ) é dado pela interseção entre elas. Na figura 1b, o nível de emprego de equilíbrio é  $N^b$ . Ao nível de pleno emprego ( $N^p$ ) corresponde uma insuficiência de demanda efetiva (distância vertical  $JK$ ). A lei de Say não se verifica: nem todo volume de produção correspondente ao pleno emprego pode ser vendido lucrativamente.

Resumindo, com a concomitante negação dos axiomas da escola clássica – substituição bruta, neutralidade da moeda e ergodicidade – e adoção do PDE e da teoria da PPL, os PK procuram resgatar a essência da revolução keynesiana: aproximar-se do mun-

do em que realmente vivemos. Segundo Davidson: “Keynes criou um sistema teórico [...] que reflete corretamente as características do mundo econômico real, aquelas de Wall Street e da Sala da Diretoria das empresas, mais do que aquelas do mundo de Robinson Crusoe ou da feira medieval. [...] seu modelo lógico não é tão completamente desenvolvido, nem tão nítido e preciso quanto o neoclássico [...] Não obstante, os Pós-Keynesianos acreditam que é melhor desenvolver um modelo que reproduza as características especiais do mundo econômico em que vivemos do que continuamente refinar e polir um modelo belamente preciso, mas irrelevante. [...] a divisa que serve de guia é: “Melhor ser aproximadamente certo do que precisamente errado!” (Davidson, 2002a, pp. 25-6)

O leitor interessado deve acessar os seguintes sites: Levy Institute (<http://www.levyinstitute.org/research/>); Center for Full Employment and Price Stability (<http://www.cfeps.org/>); e Grupo de Estudos sobre Moeda e Sistema Financeiro (<http://www.ie.ufrj.br/moeda/>).

\* É professor do IE/UFRJ e pesquisador do CNPq (amodenesi@gmail.com). O autor agradece os comentários de Lucas B. de Andrade.

1 Kaldor (1956) e Robinson (1960) usam o termo “post-Keynesian economics” para se referirem ao seu trabalho e de seus colegas de Cambridge. A partir de Eichner e Kregel (1975), o termo “Pós-Keynesiano” passa a ser usado de uma forma mais consistente, o que foi reforçado pelo lançamento do *Journal of Post Keynesian Economics*, em 1978 (Davidson, 2002b). Em 2012, foi lançada a *Review of Keynesian Economics*.

## Referências

- CARVALHO, F.J.C (1992). *Mr. Keynes and the Post Keynesians*. Aldershot: Elgar.
- DAVIDSON, P. (2002a). “Resgatando a Revolução Keynesiana”. In: J. Sicsú e Lima, G.T. (Orgs), *Macroeconomia do Emprego e da Renda. Keynes e o Keynesianismo*. Barueri (SP): Manole.
- \_\_\_\_\_. (2002b). “Restating the Purpose of the Journal of Post Keynesian Economics After 25 Years”, *Journal of Post Keynesian Economics*, Fall.
- \_\_\_\_\_. (2005a). “The Post Keynesian School”. In Snowdon, B. e Vane, H.R, *Modern Macroeconomics*. Cheltenham: Edward Elgar.
- \_\_\_\_\_. (2005b). “Responses to Lavoie, King, and Dow on what Post Keynesianism is and who is a Post Keynesian”. *Journal of Post Keynesian Economics*, vol. 27(3), pp. 393-408.
- EICHNER, A.S. e KREGEL, J.A. (1975), “An Essay on Post Keynesian Theory: A New Paradigm in Economics”. *Journal of Economic Literature*, 13(4), pp. 1293-1314.
- HICKS, J.R. (1937), ‘Mr. Keynes and the “Classics”: A Suggested Interpretation’, *Econometrica*, April.
- HOLT, R.P.F. (1997), ‘Post Keynesian School of Economics’, in T. Cate (ed.), *An Encyclopedia of Keynesian Economics*, Cheltenham, UK and Lyme, USA: Edward Elgar.
- KALDOR, N. (1956). “Alternative Theories of Distribution”. *Review of Economics Studies*, pp. 83-100.
- KEYNES, J.M. (1930), *A Treatise on Money*. London: Macmillan.
- \_\_\_\_\_. (1936), *The General Theory of Employment, Interest and Money*. London: Macmillan.
- \_\_\_\_\_. (1973), *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. Vol.13. Ed. por D. Moggridge. London: Macmillan.
- KING, J.E. (2002), *A History of Post Keynesian Economics Since 1936*. Cheltenham: Edward Elgar.
- ROBINSON, J. (1960), *Collected Economic Papers*, volume 2. Oxford: Blackwell.
- \_\_\_\_\_. (1962), “Review of *Money Trade and Economic Growth* by H.G. Johnson”. *Economic Journal*, 72 (257), pp. 690-92.
- \_\_\_\_\_. (1972), ‘The Second Crisis in Economic Theory’, *American Economic Review*, May.

## Curso preparatório para a Anpec começa em fevereiro

■ O Corecon-RJ oferece de 23 de fevereiro a 17 de setembro de 2015 o curso “Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec”. O curso, que tem carga horária de 520 horas, conta com aulas das 18h30 às 21h30 nos dias úteis e das 9h às 12h30 aos sábados. As inscrições estão abertas. As matérias e os professores são os seguintes:

### Microeconomia

#### Prof. Jorge Cláudio Cavalcante de Oliveira Lima

Doutor em Economia - McGill University (2001), Mestre em Economia - Université de Montreal (1994), Mestre em Economia pela FGV (1988). Economista pela UFRJ (1986). Professor do Corecon-RJ desde 1997. Prof. Adjunto na Uerj. Professor e pesquisador da UFRRJ desde 1989. Professor do IBMEC desde 2007. Economista do BNDES (Chefe de Departamento).

### Macroeconomia

#### Prof. Victor Pina Dias

Doutor e mestre em Economia (EPGE/FGV-RJ). Economista pela UFRJ. Coautor dos Livros Macroeconomia – Questões ANPEC e Econometria para Concursos. Economista do BNDES (Atual). Professor em cursos preparatórios. Aprova-

do nos concursos IBGE (analista) e EPE (técnico de nível superior).

#### Prof. Thiago de Moraes Moreira

Mestre em Economia pela UFRJ (2010). Economista pela Unicamp (2007). Economista de Planejamento Estratégico na Petrobras.

### Economia Brasileira

#### Prof. Gilberto dos Santos Carvalho

Professor de Economia para Concursos nos principais cursos preparatórios do RJ e MG. Mestrando Economia Empresarial UCAM. Prof. Economia na UFRRJ (2008-2009). Economista pela UFSJ (2002). Prof. de Economia Brasileira; Introdução à Economia; Política do Planejamento Econômico; Formação Econômica do Brasil, dentre outras matérias.

### Estatística

#### Prof. Jesús Domech Moré

Doutor em Engenharia Metalúrgica e

dos Materiais (COPPE-UFRJ, 2004). Mestre em Ciências e Engenheiro em Automação e Controle em Usinas Nucleares pelo Moscow Power Institute (MEPI – 1987). Prof. de Estatística do curso de Engenharia de Produção no IBMEC e na UNESA, além de outras disciplinas. Prof. visitante e pesquisador da PUC-Rio com dezenas de trabalhos técnicos publicados. Prêmio Petrobrás de Tecnologia de Segurança e de Desempenho Operacional (2009), Prêmio Santander em Tecnologia (2011) e Prêmio de Excelência no Ensino (Grupo IBMEC Rio, 2011 e 2012).

#### José Fernando Gonçalves

Estatístico. Há 12 anos, prof. da graduação em Matemática, Engenharia, Contabilidade e Administração da Universidade Gama Filho, e da pós-graduação de Engenharia. Gerente de Projetos Especiais do IBGE. Prof. da ESAF (Escola de Administração Fazendária) em 2001.

### Matemática

#### Prof. André Gaglianone

Mestre em Ensino de Matemática (UFRJ). Matemático pela UFF e Pedagogo pela UGF. Professor de Matemática do Corecon-RJ desde 2005 e do IBMEC desde 2006. Prof. do Curso e Colégio Miguel Couto desde 1990, atual coordenador de Matemática.

#### Prof. Jorge Luís Cerqueira

Doutor em Ciências – Engenharia Elétrica (PUC-RJ). Mestre em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME/RJ). Engenheiro de Telecomunicações (IME/RJ). Professor no Curso de Engenharia Eletrônica do IME e de várias disciplinas exatas em cursos preparatórios no RJ.

#### Prof. Gilberto Gil

Mestre em Ensino de Matemática (UFRJ). Professor e Coordenador de Matemática do Sistema Elite de Ensino.

## Agenda de cursos

### MARÇO

#### Administração Financeira e Governança Corporativa

2 de março a 1º de abril de 2015

Segundas e quartas - 18h45 a 21h45 - Carga horária: 30 horas

#### Cenários Econômicos e Impactos na Estratégia de Negócios

5 de março a 2 de abril de 2015

Quintas – 18h30 a 21h30 - Carga horária: 15 horas

### MAIO

#### Perícia 2015 – Turma Única

26 de maio a 27 de outubro de 2015

Terças – 18h30 a 21h30 – Carga horária: 69 horas

## Importância do setor de fiscalização do Corecon-RJ

■ A Secretaria de Fiscalização do Corecon-RJ é responsável por zelar pelo cumprimento da legislação regulamentadora da profissão por parte de profissionais e firmas prestadoras de serviços técnicos de economia e finanças. Por lei, sua atuação se dá tanto na órbita pública

quanto na órbita privada.

A contratação de serviços na área de economia e finanças executados por pessoa física ou jurídica não habilitada acarreta risco operacional para o contratante, uma vez que o contratado não possui qualificação e conhecimento técnico para reali-

zação de serviços desta natureza. É atividade-fim do Conselho exercer a fiscalização do exercício profissional, minimizando esse risco.

A fiscalização tem início quando há indícios da existência de irregularidades e a motivação pode surgir tanto internamente, pela

ação de seus agentes, quanto externamente, após denúncias feitas diretamente ao Conselho, ou pelo site [www.corecon-rj.org.br](http://www.corecon-rj.org.br). Nos casos de comprovada irregularidade, a Fiscalização atua a fim de coibir o descumprimento da legislação pertinente.